

poderia ser prestada com valores obtidos através de prática criminosa.

Revista: O Senhor acrescentaria alguma coisa?

Ministro Gilson Dipp: Acrescentaria que a lavagem de dinheiro é o braço de toda a organização criminosa. O dinheiro volta a circular com aparência de novo para realimentar o crime. Assim, é imprescindível conseguirmos descapitalizar a organização criminosa para desorganizá-la, quebrá-la, enfim.

Artigos Doutrinários

Súmula Vinculante e a Tutela do Controle Difuso de Constitucionalidade

Antônio Souza Prudente*

1 – Proposta normativa da súmula vinculante

A Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, cria a controvertida *súmula vinculante*, na Suprema Corte, com a determinação de que “O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, *após reiteradas decisões sobre a matéria*, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei (art. 103-A, *caput*). A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica (art. 103-A, § 1º). Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103-A, § 2º). Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá recla-

*Desembargador Federal do TRF-1ª Região, mestre em Direito Público, doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e professor decano da Universidade Católica de Brasília.

mação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (art. 103-A § 3º)”.
13

2 – Validade do processo democrático da súmula vinculante

Sempre fui contrário à idéia de criação de uma súmula vinculante, autoritária, totalmente desgarrada do tecido da jurisprudência criativa e difusa de nossos juízos singulares e Tribunais de apelação, a ponto de engessá-los no engenho de sua autonomia e livre convicção.

Vejo, agora, porém, que *a proposta oficial da súmula vinculante prestigia o Estado Democrático de Direito, enquanto brote da fermentação jurisprudencial do controle difuso, após reiteradas decisões sobre a matéria a ser sumulada, inibindo a pulverização de ações sobre questões idênticas, descongestionando, assim, os Tribunais e evitando a grave insegurança jurídica no meio social.*

A validade democrática da súmula vinculante se apresenta, assim, na firme dimensão de seu vínculo com o tecido jurisprudencial do controle difuso a ser praticado por nossos Juízos e Tribunais, não havendo de anular-se a expressão vinculante de “reiteradas decisões sobre a matéria” pelo sofisma interpretativo de considerá-la uma mera expressão cinzenta ou um simples conceito indeterminado, a ponto de autorizar-se a produção de súmulas vinculantes como produto de argumentos de autoridade, na burla do controle difuso de constitucionalidade, no País (CF, arts. 97 e 102, *caput* e respectivo, inciso III, alíneas *a, b e c*).

3 – Efeito vinculante no controle concentrado de constitucionalidade

Fenômeno preocupante, contudo, já surgira no corpo normativo de nossa Lei Fundamental, através da Emenda Constitucional 3, de 17 de março de 1993, que introduzira, no controle concentrado de constitucionalidade, o efeito vinculante das decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal (CF, art. 102, §2º), aplicando-se tal efeito às ações diretas de inconstitucionalidade (ADIns), por determinação da Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999.

A todo modo, a Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, introduz alterações no texto constitucional em vigor, com a determinação de que “as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vincu-

lante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (CF, art. 102, §2º). No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros (CF, art.102, §3º).

Essa Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000 consagra, agora, em seu texto, o efeito vinculante das decisões de mérito da Suprema Corte, no controle concentrado de constitucionalidade, com a agravante de haver extraído do obtuário fóssil do regime ditatorial a figura excêntrica da arguição de relevância social das questões constitucionais, como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, anulando, assim, parcialmente, esse rico instrumental do controle difuso de constitucionalidade, em total afronta à garantia fundamental do pleno acesso à justiça (CF, art.5º, inciso XXXV), posto que é do tecido genético desse controle difuso que brotarão as melhores células da jurisprudência de nossos Tribunais, para formação da súmula vinculante, preconizada no art. 103-A da proposta oficial da Reforma do Poder Judiciário.

Assegura-se, portanto, no controle difuso de constitucionalidade, a livre convicção e independência do juiz natural, como garantia fundamental do cidadão, inscrita em cláusula pétrea. Já no processo objetivo da ação declaratória de constitucionalidade, onde só figura a reduzida legitimação ativa do Poder Político (CF, art. 103, §4º), sem partes contrapostas, ausentes o contraditório e a ampla defesa, estrangulando-se a cláusula garantidora do *due process of law*, não há como resultar segurança jurídica para os cidadãos, que não tiveram, ali, nem voz nem vez de contraditar a argumentação do Estado.

Qualquer processo judicial ou político, em que se anule a plenitude da defesa, se afigura injusto e inconstitucional e, por conseguinte, absolutamente nulo, a confirmar a assertiva de Otto Bachof de que “também uma norma constitucional pode ser nula, se desrespeitar em medida insuportável os postulados fundamentais da justiça”¹, como a que impõe aos juízes e Tribunais do Brasil “a perversão jurídica” do efeito vinculante das decisões definitivas de mérito da Suprema Corte, no processo objetivo e unilateral de declaração de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal, sem a seiva geneticamente organizada no controle difuso de constitucionalidade de nossos Tribunais (CF, art.97).

Não obstante os doutos fundamentos do voto condutor da Ação Declaratória de Constitucionalidade 1-DF/STF, declarando, em tese, como questão de ordem, sua constitucionalidade formal, nos termos da Emenda Constitucional 3/93 (RTJ 157/373), vencido, por maioria plena, o eminente Ministro Marco Aurélio, vejo

a referida ação como uma anomalia processual, a violar, expressamente, as garantias fundamentais do cidadão, na promessa constitucional do Estado Democrático de Direito e de Justiça.

Nesta infeliz vocação ditatorial, processou-se a Ação Declaratória de Constitucionalidade 4-6/DF, em que não se buscou, apenas, a declaração judicial da constitucionalidade do art. 1º da Lei 9.494, de 10/09/97, pelo Alto Pretório, em controle concentrado e abstrato, como objetivo exclusivo do processo especial, sem qualquer relação genética com os processos judiciais em curso, mas numa total agressão aos comandos da Lei Fundamental, atrelaram-se os controles de constitucionalidade concentrado e difuso, em caráter avocatório da questão constitucional, em trâmite nas instâncias ordinárias, que restaram, no caso, brutalmente suprimidas pela Corte Suprema, em manifesto sacrifício da garantia do devido processo legal, para que fosse atendido, liminarmente, inusitado pedido de medida cautelar, com eficácia *ex nunc e erga omnes* e efeito vinculante, totalmente amordaçante do controle difuso da magistratura federal, para sustar, até o julgamento definitivo de mérito, a produção de qualquer decisão sobre pedido de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, que tivesse por pressuposto a afirmação da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade do malsinado art. 1º da Lei 9.494/97, assim como os efeitos futuros das decisões de antecipação de tutela já proferidas contra a Fazenda Pública (DJU de 13/02/98 – Seção I).

Consagrou-se, assim, naquele infeliz precedente da Ação Declaratória de Constitucionalidade 4/DF, em referência, um curioso e prepotente malabarismo jurídico, com a incorporação da instrumentalidade abusiva do frustrado projeto de incidente de inconstitucionalidade, preconizado pela então Assessoria Jurídica da Presidência da República, aproveitando-se a inusitada mesclagem dos controles de constitucionalidade concentrado e difuso, nos autos de um só processo abstrato, para a asfixia e anulação do vigoroso controle difuso de constitucionalidade, naquela matéria de relevância social.

Busca-se, assim, na mira determinante desse controle concentrado uma magistratura ordinária, dócil e genuflexa às decisões vinculantes do Poder Supremo, a não gerar obstáculos às investidas injustas e gananciosas do projeto neoliberal, adotado pelo Estado brasileiro, no influxo globalizante desse novo milênio, e que, a exemplo do fracassado nacional-socialismo dos anos 40, possibilita a criação de uma doutrina autoritária do Direito, bem a gosto das ditaduras históricas, onde “o sistema já não pode ser manejado pelos homens, porque as pessoas são manejadas pelo sistema”²², a impor, sem fronteiras, a vontade insana e absoluta do *Führer*, hoje, malignamente incorporada no querer ganancioso e implacável dos mercados globais.

Neste pensar, destaca-se a posição defendida pelo eminente Ministro Celso

de Mello, quando, na presidência da Suprema Corte, manifestou-se na fala de que “a Magistratura não pode anular-se como poder político e nem deixar-se subjugar pelos que pretendem impor-lhe o vínculo da dominação institucional, convertendo e degradando o Poder Judiciário à condição de instância desqualificada de submissão, reduzida, de maneira inaceitável, em seu disponível grau de independência e liberdade. (...) que a reforma do Poder Judiciário, embora essencial e indispensável, não pode conduzir à criação de mecanismos que busquem, a partir de formulações interpretativas subordinantes, fixadas por órgãos que se situam na cúpula da estrutura judiciária, imobilizar o poder inovador da jurisprudência, gerando, a partir de verdadeira hermenêutica de submissão, uma grave interdição ao direito de o magistrado refletir de maneira crítica e de decidir em regime de liberdade, segundo convicções fundadas em exegese criteriosa do sistema normativo e com observância responsável dos limites fixados pelo ordenamento positivo.”

4 – Pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade, no relevante dissídio jurisprudencial do controle difuso

Com essa lúcida inteligência, o Supremo Tribunal Federal, guardião maior da Constituição da República, já nos legou exemplo eloqüente de que, doravante, não se deixará enfeitiçar pelas magias do Leviatã, quando, nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade 8-8 (1076), de que foi Relator o Ministro Celso de Mello, prestigiou, sobremodo, o controle difuso de constitucionalidade, no Brasil, revelando-se a altivez e independência da Corte Suprema no exercício pleno de suas altas funções constitucionais.

O precedente citado centra-se na fala segura do Relator do processo abstrato em referência, no sentido de que “o ajuizamento da ação declaratória de constitucionalidade que faz instaurar processo objetivo de controle normativo abstrato, *supõe a existência de efetiva controvérsia judicial em torno da legitimidade constitucional de determinada lei ou ato normativo federal*.”

Sem a observância desse pressuposto de admissibilidade, torna-se inviável a instauração do processo de fiscalização normativa *in abstracto*, pois a inexistência de pronunciamentos judiciais antagônicos culminaria por converter a ação declaratória de constitucionalidade em um inadmissível instrumento de consulta sobre a validade constitucional de determinada lei ou ato normativo federal, descaracterizando, por completo, a própria natureza jurisdicional que qualifica a atividade desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação que exige a comprovação liminar, pelo autor da ação declaratória de constitucionalidade, “da ocorrência, ‘em proporções relevantes’, de dissídio judicial, cuja existência – precisamente

em função do antagonismo interpretativo que dele resulta – faça instaurar, ante a elevada incidência de decisões que consagram teses conflitantes, verdadeiro estado de insegurança jurídica, capaz de gerar um cenário de perplexidade social e de provocar grave incerteza quanto à validade constitucional de determinada lei ou ato normativo federal.” (*DJU* de 04/04/03).

Tal pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade restou, depois, consagrado no texto da Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999 (art. 14, inciso III).

Com essa postura independente, a Suprema Corte impõe limites às investidas subordinantes do Executivo, nesse contexto político, prestigiando a garantia constitucional do devido processo legal e o princípio maior da independência dos Poderes, na construção do Estado Democrático de Direito e de Justiça, para o qual concorre, decisivamente, o controle difuso de constitucionalidade das leis e dos atos normativos do Poder Público, no Brasil.

5 – Limitação espacial da jurisprudência criadora da súmula vinculante no controle difuso

Em vigorando o texto da Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000, com a determinação do efeito vinculante das decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal (CF, art. 102, § 2º), inexistiu espaço para a edição de súmula vinculante, nessa seara do controle concentrado de constitucionalidade, pois o mesmo já se acha bem aparelhado dessa eficácia.

De outra banda, há de ver-se que a súmula vinculante preconizada na Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000, visando eliminar controvérsias entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública, de que resulte grave insegurança jurídica, com a proliferação de processos sobre questões idênticas (CF, art. 103-A, § 1º), uma vez alimentada da seiva jurisprudencial do controle difuso, tornar-se-á, a todo modo, uma súmula impeditiva de recursos contra a matéria já sumulada pelo Alto Pretório, na linha determinante do art. 557, *caput*, do CPC, ante a possível teimosia recursal do jurisdicionado, mormente em se tratando do Poder Público.

A súmula vinculante, no entanto, produz uma tutela inibitória dos abusos da Administração Pública, em face do direito evidente do administrado, evitando, assim, no raio de sua eficácia, o surgimento e a proliferação de lides idênticas, perante os Tribunais do País, em manutenção do princípio da segurança jurídica das relações humanas e sociais.

A súmula impeditiva de recursos, todavia, na redação da proposta oficial da PEC 29, de 2000 (CF, art. 105-A), não possui a mesma dimensão de eficácia da súmula vinculante, pois não inibe a Administração Pública na geração de lides e feitos judiciais, protelatórios e repetitivos, mas, tão-somente, impede a interposição de quaisquer recursos contra a decisão judicial que houver aplicado o anunciado sumular, na solução dos processos pendentes de julgamento.

A distinção relevante e essencial entre a *súmula vinculante* e a *súmula impeditiva de recursos* reside, exatamente, na dimensão de eficácia da tutela mandamental de resultado prático e efetivo, que caracteriza cada uma delas, em benefício das *garantias da justiça adequada e da segurança jurídica de todos*, no Estado de Direito.

Enfim, a *súmula impeditiva de recursos* pressupõe já a existência de lides idênticas e a proliferação de processos correlatos, nos escaninhos dos Tribunais, enquanto a *súmula vinculante* visa, exatamente, inibir tais lides e processos repetitivos, em seu nascedouro. Por isso, a súmula vinculante, sem dúvida, traz a melhor solução para racionalizar a atividade jurisdicional do Estado, desobstruindo as Cortes de Justiça da imensa pletora de feitos repetitivos, na promessa efetiva de uma *justiça oportuna* para todos os cidadãos.

6 – Súmula vinculante e a outorga da tutela de evidência na economia processual

Nesse contexto da economia processual, a súmula vinculante já encontra apoio na Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que acrescentou o § 3º ao art. 475 do CPC, para afastar a remessa oficial na hipótese em que a sentença estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do Tribunal Superior competente.

Com a mesma inteligência, os §§ 3º e 4º do art. 544 do CPC, na redação determinada pela Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998, criaram a figura processual extraordinária do *agravo mutante, para a concessão da tutela de evidência*, nos Tribunais Superiores (STJ e STF), atendendo às exigências imperativas dos princípios da razoabilidade, da economia processual e da tutela jurisdicional adequada, na determinação de que poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial ou ao recurso extraordinário, conforme o caso. Esta solução processual afigura-se mais adequada à *garantia do processo justo* do que a prevista para a reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada,

determinando que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (CF, art. 103-A, § 3º). Melhor seria que a Suprema Corte, ao julgar procedente a reclamação, acolhesse, de logo, a pretensão da parte inconformada, admitindo a figura processual da *reclamação mutante*, para atender, prontamente, à inteligência da súmula vinculante, anulando o ato administrativo ou a decisão judicial reclamada.

Nessa inteligência, há de observar-se que, nos feitos judiciais, sob a eficácia irresistível da súmula vinculante, será cabível sempre a antecipação da tutela jurisdicional de evidência, nos termos do art. 273, II, e respectivo § 6º, do CPC, desde que existindo prova inequívoca do direito postulado, fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, pois não é razoável nem justo obrigar o autor a esperar a realização de um direito que não se mostra mais controvertido nos Tribunais.

A tutela antecipada e de evidência, nessa hipótese de total eficácia da súmula vinculante, não se funda em probabilidade ou verossimilhança das alegações do autor (pressuposto da tutela cautelar), mas na certeza do direito já declarado pela Suprema Corte, a não mais exigir um mero exercício de cognição sumária, mas uma cognição plenamente exauriente, sem riscos ao direito de defesa e ao contraditório constitucional, nem mesmo de ser modificada ou revogada a qualquer tempo pelas vias recursais, posto que se acha afinada ao que já se decidiu na derradeira instância jurisprudencial.

A tutela de evidência se impõe, assim, na espécie, sob o comando da súmula vinculante, tanto na Justiça ordinária quanto nos Juizados Especiais, como técnica eficaz de rápida solução de conflitos, evitando-se o acúmulo de feitos repetitivos perante a Justiça comum e nesses Juizados, a ponto de livrá-los do total estrangulamento e de prejuízos irreparáveis para os jurisdicionados.

Nesse contexto, o próprio Supremo Tribunal Federal afastou a ortodoxia da hermenêutica fazendária quanto à inteligência da decisão proferida na ADC 4, firmando a convicção pretoriana sobre o assunto, nos termos seguintes: “1 – Tutela antecipada concedida para reconhecimento do direito da viúva do servidor à percepção da integralidade da pensão, com fundamento no art. 40, §5º, da Constituição. 2 – Reclamação buscando garantia da autoridade da decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 4. 3 – Liminar indeferida, por implausibilidade da alegação, pelo reclamante, de dano irreparável, ante a coincidência, na questão de fundo (integralidade de pensão), entre o sentido da decisão reclamada e a reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal.” (Ag. Reg. em Reclamação 1.067-8-RS. STF/Pleno-Unânime – DJU de 17/06/99. Rel. Min. Octávio Gallotti).

Nesse inteligente enfoque jurisprudencial do Alto Pretório, convém reconhe-

cer-se, de plano, que se o conteúdo do provimento antecipatório coincidir com a jurisprudência uniforme do Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional ou do Superior Tribunal de Justiça em questões de natureza infraconstitucional, resta superado o argumento da irreparabilidade do dano ao erário público, posto que, na decisão final, a tutela antecipatória será certamente mantida.

7 – Eficácia da súmula vinculante, no tempo, e a garantia da multa coercitiva

No que tange à eficácia *erga omnes* da súmula vinculante, no tempo, há de se observar que tal eficácia é *ex nunc*, em respeito à garantia fundamental da irretroatividade das leis (CF, art. 5º, inciso XXXVI), respeitando-se, sempre, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, no ponto. Nesse sentido, colhe-se a inteligência do art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição 29, de 2000, com a determinação de que “as atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.”

Por último, para que se obtenha a eficácia plena da súmula vinculante, com todos os seus efeitos positivos na boa administração da Justiça, inibindo-se a multiplicação de processos sobre questões idênticas, nos escaninhos dos cartórios e restabelecendo-se a segurança jurídica, com presteza, nas relações humanas e sociais, há de se estabelecer no texto do § 3º do art. 103-A da Constituição Federal uma multa coercitiva, que garanta a fiel obediência aos comandos dessa súmula, especialmente contra o agente público, acostumado, historicamente, a desrespeitar as decisões judiciais, pois somente a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, conforme está previsto no referido dispositivo constitucional, não resolverá, satisfatoriamente, a questão da possível desobediência ao aludido enunciado sumular.

8 – Conclusão

A instituição da súmula vinculante, em nosso ordenamento jurídico, como resultado do tecido celular da jurisprudência construída no controle difuso de constitucionalidade, por nossos Tribunais, após reiteradas decisões sobre a matéria, ali controvertida, contribuirá, decisivamente, para a distribuição de uma *justiça adequada* a todas as pessoas que dela necessitem, no âmbito judicial e administrativo, assegurando-lhes um sistema jurídico moderno e igualitário, que efetivamente garanta e não apenas proclame o direito de todos, como a melhor e mais civilizada forma *de acesso pleno a essa tão almejada justiça, no imaginário do terceiro milênio*.

Bibliografia

- 1 – BACHOF, Otto. *Normas Constitucionais Inconstitucionais?* Atlântida Editora. Tradução e nota prévia de José Manuel N. Cardoso da Costa, p. 3.
- 2 – COUTURE, Eduardo Juan. *Introducción Al Estudio Del Proceso Civil*. Ediciones Depalma, Buenos Aires, 1998, Segunda Edición, p. 76.

A Inadmissibilidade do Uso no Processo da Prova Obtida por Meios Ilícitos (Art. 5º, Inciso LVI, CF)

Sebastião José Lessa*

I. Considerações Preliminares

O comando – de dignidade constitucional – que inadmite o uso no processo da prova obtida por meios ilícitos (art. 5º, inciso LVI, CF), a bem dizer, tem merecido inúmeros e fecundos estudos, como atestam os valorosos trabalhos doutrinários de José Carlos Barbosa Moreira, *O processo penal norte-americano e sua influência*, Revista Jurídica Consulex, Ano VI, 135, 31/08/02; Luiz Flávio Gomes, *Interceptação Telefônica*, Ed. RT, SP, 1997; e Ricardo Raboneze, Ed. Síntese, RS, 4ª edição.

Da mesma forma, o tema foi amplamente debatido quando do julgamento no colendo Supremo Tribunal Federal, da AP 307-3/DF, Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 13/10/95.

Corolário do *devido processo legal* (art. 5º, inciso LIV, CF), registra a Carta Política como *garantia dos direitos fundamentais* que “são inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos” (art. 5º, inciso LVI, CF).

E protegendo a *intimidade*, estabeleceu que “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal” (grifei) (art. 5º, inciso XII, CF).

Por sua vez, a Lei 9.296/96, regulamentadora do dispositivo constitucional, assentou no parágrafo único do art. 2º que “Em qualquer hipótese deve ser *descrita com clareza a situação objeto da investigação*, inclusive com a *indicação e qualificação dos investigados*, salvo impossibilidade manifestada, devidamente justificada.” (grifei)

A par de constatar o cuidado do legislador no sentido de evitar as abusivas “devassas”, da leitura de tais dispositivos, resulta claro que a interceptação tele-

*Conselheiro da ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.